

Entre indígenas e caboclos: A Amazônia de Nicodemos Sena

Between indigenous people and caboclos: The Amazon of Nicodemos Sena

Luiz Eduardo Correia de Souza¹

Resumo: A Amazônia como espaço e como ideia já passou por diversas representações que acabaram por apagar a sua verdadeira face e silenciar suas vozes. Buscando resgatar a verdadeira imagem desse lugar, escritores amazônicos buscam traduzi-la de dentro para fora. O presente artigo tem como objetivo analisar a representação literária da Amazônia no romance *A Espera do Nunca Mais: uma saga amazônica* do escritor paraense Nicodemos Sena. Por meio de uma análise pós-colonial de excertos da obra procura-se atestar o aspecto descolonizador da narrativa.

Palavras-chaves: Colonização; Amazônia; Nicodemos Sena.

Abstract: The Amazon, being more of an idea than a space, has already gone through several representations that ended up erasing its true face. Seeking to rescue the true image of this place, Amazonian writers seek to paint it from the inside out. This article aims to analyze the literary representation of the Amazon in the novel *A Espera do Nunca Mais: uma saga amazonica* by the Pará writer Nicodemos Sena. Through a postcolonial analysis of excerpts from the work, we seek to attest to the decolonizing aspect of the narrative.

Keywords: Colonization; Amazon; Nicodemus Sena.

¹ Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: professoreduardo35@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0493-4022>

Imagens da Amazônia

As imagens e as ideias da Amazônia que formaram nossa concepção sobre esse espaço natural e cultural vieram enunciadas e alteradas pelo discurso colonizador europeu que com suas visões e mitos encobriram as culturas e histórias locais dos povos que aqui conviviam em uma relação diferenciada com a natureza e seus recursos, impondo seus estereótipos negativos sobre esse lugar. Esse pensamento acompanha a crítica de Neide Gondim (1994) que afirma categoricamente:

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes. (GONDIM, 1994, p.9)

Essa perspectiva colonizadora da Amazônia escrita em diversas obras de viajantes e conquistadores que se deixaram embriagar pelo exotismo edênico ou infernista do lugar, desconfigurando povos e descrevendo-os como seres bestializados e agressivos, conhecedores de uma só linguagem, a violência, tende, a partir da tomada de consciência desses “outros” que aqui continuam a ser negados e encobertos, a ser contestada pelas vozes que representam esse outro universo cultural e literário, que buscam recuperar histórias locais e formas de viver nesse ambiente em iminente fim. Assim como afirma Ana Pizarro (2012):

Amazônia é uma região cujo traço mais geral é o de ter sido construída por um pensamento externo a ela. Ela tem sido pensada, em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu, sobre o que eles entendem ser sua natureza, ou, em outras palavras, sobre o lugar que a Amazônia ocupou na sua experiência, imagem que foi ratificada em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios científicos, informes de missionários. Somente no final do século 19, foram recuperadas as linguagens que deram pluralidade ao discurso amazônico, de forma que hoje já podemos escutar vozes distintas. (PIZARRO, 2012, p.31)

Desse encobrimento proposital da Amazônia operado, principalmente, pelo poder do colonialismo, ainda persistem hoje no imaginário social estereótipos colonizadores como a classificação dos povos originários como preguiçosos, primitivos, carentes de educação,

progresso e desenvolvimento. Essas falácias que no passado foram tomadas cegamente como verdadeiras, pois assim impunham todo o bojo de formulações científicas e antropológicas trazidas pela modernidade europeia, que davam a permissão e a legitimidade para que os países colonizadores saqueassem povos e destruíssem suas culturas com a nobre missão de “humanizá-los”, não foram superadas, como se supõe, pelos movimentos de independência e descolonização, antes, continuam se atualizando em diversas práticas sociais.

Assim a história mal contada da colonização da Amazônia na qual sempre se exara a legenda do progresso e salvação passa a reproduzir também suas lógicas na Amazônia pós-colonial. Segundo Edward Said (2007), a história é feita por homens e mulheres e que do mesmo modo ela pode ser refeita e alterada com silêncios, imposições e com desfigurações para que possa ser possuída e dirigida por um “nós”.

Seguindo esse pensamento, seria o caso de nos perguntarmos: que Amazônia realmente existe? Que Amazônia defender? Que progresso pedir para os povos amazônicos? Como julgar os povos que ali habitam a partir de noções criadas por um olhar equivocado que classificou esses povos originários como não humanos, considerados atrasados em relação à “modernidade”?

É contra essas ideias colonizadoras da Amazônia que o romance *A Espera do Nunca Mais: uma saga amazônica* do escritor paraense Nicodemos Sena aponta com sua narrativa, uma crítica, buscando descolonizar a história oficial e a própria literatura Amazônica, procurando posicioná-la como uma manifestação cultural centrada na alteridade dos povos amazônicos que foi negada pelos colonizadores.

Essa colonização é usada como material ficcional no romance de Nicodemos Sena que busca representar a Amazônia dos povos originários por meio de personagens como o tapuio Silvestre Bagata que xinga um comerciante estrangeiro, Estefano, por reconhecê-lo, intuitivamente, como o mesmo cruel colonizador de seu povo no passado. Há, claramente, uma contestação da nobreza dos empreendimentos coloniais, uma repulsa às denominações ontológicas e epistemológicas impostas pelos colonizadores aos povos da Amazônia.

1 A Amazônia de Nicodemos Sena

A Amazônia representada por Nicodemos Sena no romance *A Espera do Nunca Mais: uma saga amazônica* é uma Amazônia ainda colonizada, marcada pelos processos de

violência e escravidão. A cena colonial é representada na narrativa pelos personagens caboclos, homens e mulheres oriundos dos diversos cruzamentos entre indígenas e brancos no decorrer das invasões e conquistas da Amazônia e pelo comerciante Estefano, um malfadado comerciante, descendente de portugueses que, depois de arruinar um patrimônio familiar por sua incúria no trato dos negócios, se vê obrigado a descer os rios amazônicos para “comerciar” com os tapuios que ali habitam. Como nesse trecho do romance em que o narrador caracteriza a região do rio Maró onde viviam os personagens tapuios antes da chegada de Estefano, o colonizador.

Perdido no meio da selva, completamente fora dos caminhos da civilização, o Maró vivia para si mesmo, esquecido e abandonado, como um rio fantasma. A cidade mais próxima distava muitos dias de canoa de sua foz; [...] Ali viviam, esquecidos do mundo, o velho Silvestre Bagata, a mulher e os filhos. Em vez de descerem o rio me busca de outros seres viventes, o velho entocava a família cada vez mais rio acima, para o centro da terra, rumo à nascente. [...] E a única sociedade que ele conhecia e com quem convivia era a sua família, os peixes do rio e os animais da floresta. (SENA, 2020, p.28-29)

Nesse trecho vê-se que o personagem Silvestre busca cada vez mais ir ao centro da floresta como uma forma de fugir das invasões de povos urbanos que ali buscam novamente colonizá-lo. Esse deslocamento permite interpretar no texto literário a ferida colonial vivida pelos personagens caboclos da Amazônia, que não vislumbram nada de bom na relação com a “civilização”. Esse conflito colonial que se engendra na narrativa gira em torno da terra e da natureza ou dos “recursos naturais” que ela produz, além do controle da força de trabalho dos caboclos, que são relegados à condição de não humanos, nativos ignorantes que precisam da “urbanidade”, “civilização” e “desenvolvimento”.

Para desvelar a perenidade da colonização, o romance, através de sua narrativa, nega que o colonial na Amazônia tenha tido fim. Há, portanto, a ressonância muito forte de um passado colonial que ainda não foi superado e que ainda se faz presente em práticas vergonhosas de exploração, que para muitos ficaram no passado, mas, não para os olhos de quem habita esses territórios amazônicos, nos quais a colonização ainda permanece em contínuo movimento.

A narrativa de Nicodemos Sena reescreve e rediz a história oficial, oferta lugar central ao “outro” subalternizado, desdiz o dito e afirma o não dito, faz emergir a voz de quem sempre foi silenciado e tira as “bondosas” máscaras da colonização, desde o colonialismo até o presente, onde atua a colonialidade do poder instaurada em diversas categorias institucionais da sociedade e transvestida de bondade, auxílio e políticas sustentáveis na Amazônia. Sobre a reconstrução do passado da Amazônia Márcio Souza (2020) assevera:

A imensa dificuldade para reconstruir o passado dos povos da Amazônia não significa que se trata de uma terra onde a história foi inaugurada com a chegada dos europeus. Do ponto de vista epistemológico, as dificuldades da historiografia da Amazônia são exatamente iguais às de quaisquer outras áreas do planeta, mas o forte tropismo da historiografia ocidental e suas regras centradas no documento escrito só recentemente passaram a ser contestadas, permitindo que um conjunto soterrado de material pudesse ser apreciado como fonte primária. (SOUZA, 2020, p.52)

O pensamento de Souza (2020) vai ao encontro do pensamento de Nenevé e Sampaio (2015), estudiosos dos processos de colonização na Amazônia, que criticam a visão única que se tenta impor sobre a Amazônia. Para eles essa perspectiva essencialmente eurocêntrica que silencia as múltiplas vozes amazônicas e a diversidade de histórias locais precisa ser superada, o exotismo paradisíaco precisa dar espaço a Amazônia humana, real. Como afirmam:

Sim existem povos indígenas, existem sistemas antigos de povoamentos pré-colombianos, como também existe uma Amazônia multiétnica, multicultural, que passa por uma mudança dinâmica. Há a Amazônia urbana como há um amplo conjunto de comunidades isoladas. São histórias heterogêneas, conhecimentos científicos variados, intersecção de histórias indígenas com a dos colonizadores, produção de conhecimento que parte da própria região e dos povos que a habitam. (NENEVÉ E SAMPAIO, 2015, p.20).

Dentro desse mesmo princípio de réplica, de contestação, em que se situam esses pensadores locais é que o romance vai revisar alguns recortes do processo colonial a partir da narração da vida dos caboclos do rio Maró. A narrativa vai às origens da Amazônia, apresentando um passado de suplícios provocados pelo colonialismo português e espanhol contra os povos originários da Amazônia, e as resistências ao poder colonial, sim,

resistências! Elas sempre existiram, mas nem sempre foram mencionadas pela história oficial ou foram apresentadas sem a ênfase merecida, simplesmente foram apagadas.

Para apresentar os marcantes horrores do colonialismo, repensando o passado Amazônico, o romance inclui na ficção a figura histórica de Francisco Orellana, o “descobridor” do rio Amazonas e o português Bento Maciel, entidades que flutuam no imaginário coletivo, ora como figuras históricas, ora como ficção. Para apresentar esse passado colonial, uma passagem do romance narra a história de Silvestre Bagata, um caboclo do rio Maró que em sua encarnação passada nasceu como um indígena no início da colonização espanhola na Amazônia.

Na narração, esse tapuío nasce como filho de uma indígena da tribo das Amazonas, as mulheres guerreiras, sua mãe, após o seu nascimento o abandona na tribo do pai, o menino então, acaba sendo morto ainda criança pelas balas do conquistador Orellana, renascendo depois de um tempo como filho de uma índia que foi vendida a Bento Maciel, um capturador de indígenas, que estupra e engravida a indígena dando origem a outra reencarnação de Silvestre. Como fica registrado no excerto a seguir, que narra a morte do tapuío por Orellana:

O curumim teve a sorte de ser mandado para a tribo do pai, chamada tupaiu, localizada na foz do hoje rio Tapajós, onde cresceu tímido e mirrado sob o estigma da rejeição materna, mas teve o azar de ser um dos índios que caíram, ainda em tenra idade crivados pelas balas assassinas do espanhol Francisco de Orellana, o descobridor do Amazonas em 1542, sem ter realizado nada de extraordinário em sua curta vida. (SENA, 2020, p.60)

Fazendo uso de elementos históricos na tecitura do texto literário, a narrativa se utiliza da história oficial para incluir nessa, episódios ficcionais, que podem ser compreendidos como não contados pelos “donos da história” ou excluídos propositadamente da história dos “vencedores”. Esse recurso é recorrente no romance, há uma penetração na história oficial como forma de reclamar a inclusão de vozes que foram silenciadas e fatos que foram suprimidos. A história oficial silenciou fatos importantes relacionados aos grupos colonizados, como a história da Cabanagem ocorrida no Grão-Pará, que em 1835, ocupava as regiões dos atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

Esse movimento que se originou nas camadas mais pobres da região era contrário às ordens coloniais recém-dissolvidas pela independência do Brasil, mas que insistiam em

continuar graças aos grupos que eram favoráveis a manutenção da colônia. No romance a crônica histórica dos fatos da cabanagem é interrompida para que sejam feitas retificações na história, como no excerto a seguir em que o narrador conta a história da morte do Sr. Juca, tio-avô de Estefano, que foi morto pelos cabanos:

O cronista, nessas alturas, informa que, por essa época, rebentou a revolta popular da Cabanagem, a qual influiria decisivamente no desfecho da tragédia. A partir de Belém, capital da província, o ódio represado durante três séculos de feroz dominação portuguesa extravasou das cabanas e das tabas e, infiltrando-se pelos rios e florestas do grande vale, alcançou a pacata Santa Irene, cuja história já em si é um monumento à injustiça e à infâmia, pois, alguns séculos antes do Brasil, antes do primeiro europeu abelhudo beber das águas do grande rio [...] Mas nas praias desse maravilhoso rio já viviam um povo feliz, que extraía da terra o milho, os frutos e caça, e do rio o peixe abundante e a água pura e cristalina; viviam nus e sem pecado. (SENA, 2020, p.75)

Percebe-se no excerto que a narrativa retifica a história oficial ao demonstrar que nessas regiões invadidas pelos conquistadores já havia um povo que vivia feliz com suas próprias culturas. Essa constatação tem o propósito de corroborar com o caráter descolonizador da obra ao reproduzir em sua narrativa as injustiças e atrocidades do moderno sistema de colonização na vida dos caboclos amazônicos.

No romance, as amarras e os nós deterministas, que por tanto tempo prenderam a Amazônia e seus povos em representações racistas e estereotipadas por quem desejava dominá-la inteiramente, vão sendo desatados por movimentos de reimaginação da história e dos povos amazônicos. Esses movimentos se erguem como reformuladores dessa roupagem uniformizante que o colonialismo e a falsa ideia de modernidade vestiram a Amazônia durante o período colonial. O romance de Nicodemos Sena se propõe a reimaginar a Amazônia a partir do olhar desse Outro excluído em suas diferenças, representado na narrativa pelos personagens caboclos. Sobre essa reimaginação da Amazônia, Nenevé e Sampaio (2015) afirmam que:

Reimaginar de dentro significa redizer e desdizer, significa ressignificar e repensar as definições e conceitos sobre o local. Se no passado milhares de povos indígenas foram dizimados pela colonização, ainda hoje muitas vozes são apagadas, desvirtuadas, aniquiladas ou negligenciadas porque o que se ouve são os rumores externos que se impõem sobre os internos. (NENEVÉ E SAMPAIO, 2015, p.21).

Reimaginação a partir desses elementos culturais locais ajudam a romper com a concepção racista e excludente gerada no bojo da dominação colonial da Amazônia, de que os saberes locais, não racionais, não vinculados à razão iluminista europeia, eram considerados saberes indignos de serem equiparados com o conhecimento científico, tido como universal, desprezando, assim, a produção de conhecimento a partir dessas regiões marginais e fazendo com que os donos desses saberes periféricos fossem também negados em sua humanidade.

Nelson Maldonado Torres (2020) em seu estudo sobre a colonialidade analisa e deduz que a partir da ideia do filósofo francês René Descartes com seu “Cogito, ergo sum” “quem não pensa não existe”. No excerto a seguir do romance há uma ilustração desses saberes-outras da Amazônia usado na composição psicológica dos personagens caboclos. Nele a personagem tapuia Diana dá um muiraquitã ao irmão Gedeão como forma de protegê-lo:

Diana demorou-se mais que o necessário ajoelhada ao chão, amarrando no tornozelo direito do irmão a presa comprida e branca do Jacaré. [...] Diana depois de amarrar e desamarrar várias vezes o cordão, mostrando-se sempre descontente com o resultado, por fim deu o serviço por encerrado, para pesar do rapaz, que gostaria de prolongar pela eternidade aquele doce momento. —Assim, em vez de a cobra pular na tua perna, vai dá no pé com medo do dente do jacaré — disse-lhe a rapariga, endireitando o corpinho e levantando-se (SENA, 2020, p.233).

Ter um talismã amarrado ao pé em sinal de proteção pode soar como algo supersticioso e infantil para um olhar alheio à história local e corrompido por uma cultura europeia que nega um conhecimento não oficializado por critérios eleitos pelas grandes potências imperiais, tais conhecimentos assim são catalogados como banais, primitivos, periféricos e sem utilidade.

Dessa forma o romance opera uma desconstrução nas posições racistas com relação às epistemologias desses povos da Amazônia, naturalizando esses saberes locais em cenas narrativas que mostram as práticas cotidianas dos caboclos. A narrativa, através dos personagens caboclos, mergulha nos mitos e nas histórias locais cujos conteúdos traduzem uma sabedoria local, uma maneira de sentir o mundo, de entender os seres, a natureza e as relações entre os homens. Como nesse excerto que narra o encontro do caboclo Gedeão com a Iara:

Depois de um longo silêncio, Gedeão suspirou:

—Gente, eu a vi!... Eu a vi boiando nas águas do lago. É linda como a lua nas noites mais claras; é formosa como home algum jamais viu nem verá. Eu a vi! Seus cabelos tem a cor das flores da sapucaia. Os passarinhos que mais cantam não cantam como ela. Ela cantava e à sua voz os bichos e as árvores, o vento, até os peixes debaixo da água pararam para ouvi-la. Ela olhou para mim![...] Dadá, horrorizada, clamou:

—Foge daquele lugar maldito![...] Tu viste a Iara! (SENA, 2020, p.252-253)

A obra, portanto, investe na validação dos saberes produzidos a partir das histórias locais da Amazônia. No caso dos mitos, temos o exemplo da personagem Diana que ao nutrir um sentimento de amor por seu irmão Gedeão, penetra no mito de Jaci e Guaraci, em que um irmão e uma irmã se apaixonam, são separados e se transformam no sol e na lua confirmando a forma como os saberes anteriores ao saber científico já organizavam esses povos em uma perfeita ordem.

É pertinente observar que Diana ao buscar o mito local para exprimir seus sentimentos, não faz referência em seus pensamentos e discursos à noção cristã de pecado, antes, se espelha em uma narrativa que compõem seu imaginário, sua cultura, para compreender a amplitude do sentimento que nutre pelo irmão. Essa narração do mito *Tapera da lua* que Diana conta a Gedeão reafirma que esse imaginário, ainda que suprimido em muitas de suas expressões pelo colonialismo permanece forte na vida desses caboclos amazônicos.

Ao dar primazia aos mitos que explicam a existência do mundo e da vida para o caboclo amazônico, aos saberes e modos de viver que por tanto tempo mantiveram esses povos em harmonia com a natureza, ao construir um espaço narrativo com seus rios, matas e casas de palhas construídas por meio de um saber seguramente local, ao dar conhecimento ao leitor de uma linguagem truncada e sinuosa que expressa a vida em uma sintaxe não linear, reflexo da circularidade vivida por esses povos que não se impõem como superiores aos outros seres que compõem a natureza, o romance vai representando a Amazônia a partir de dentro.

Amazônia subversiva apresentada pelo romance de Nicodemos Sena não é uma Amazônia previsível e adequada aos parâmetros viciados expostos pela história contada pelo olhar europeu em suas obras. A representação literária de uma colonização amazônica que

não teve fim com os processos de descolonização operados muitas vezes pelos próprios colonizadores é um sinal de que obra dialoga com a realidade social da Amazônia. Esse viés crítico da narrativa com sua tematização sobre Amazônia demonstra a conexão dessa obra com as representações da decolonialidade.

Segundo Torres (2020) a perspectiva do ativista decolonial se tornou indispensável a qualquer esforço intelectual, principalmente quando se vai refletir sobre os processos de descolonização e libertação. É necessário olhar de uma perspectiva mais “longa”, procurando nas origens dos processos coloniais e mais particularmente nos enredos históricos do “descobrimento” da América, os motivos da continuidade de lógicas e conflitos colonizadores, os quais já se supunham superados na História.

Assim como também é indispensável uma perspectiva decolonial para se discutir, a partir dos conflitos representados pela narrativa do romance, a ausência proposital do poder público na defesa e organização jurídica dos direitos dos povos originários da Amazônia, na formulação de leis que assegurem suas terras. É urgente recorrer a essa perspectiva mais longa para compreender a persistência de práticas coloniais que roubam terras, exterminam povos, línguas e culturas.

Essas motivações discriminatórias contra os povos indígenas da Amazônia podem ser analisadas a partir do conceito do “mito da modernidade europeia”, esclarecido por Enrique Dussel (1993) no qual a Europa se autodescreve como uma civilização moderna mais desenvolvida e, portanto, superior às outras culturas por ela dominada, tidas como “inferiores” e “imaturas”. Esse mito se fundamenta no argumento de que é bom e útil a dominação (guerra e violência) para o conquistado, atribuindo a um sujeito moderno a plena inocência ante a violência imposta aos dominados, sendo essa crueldade necessária à sua modernização.

Os ideais dessa modernidade europeia atuam conjuntamente com a colonialidade do poder na Amazônia, refazendo o seu caminho colonial e atualizando seus personagens nesse novo ciclo de colonizações vestidas de progresso e salvação, rememorando o mito da modernidade europeia. Por isso, seguindo ainda o pensamento de Torres (2020) é imperativo pensar que a descolonização não deu a liberdade ao colonizado nem o direito de construir seu próprio mundo, sua organização, a descolonização apenas impôs uma nova escolha a esses povos.

Diante disso, é certo afirmar que os povos amazônicos que detém em seu poder áreas que atraem interesse financeiro de grupos imperialistas internacionais são colocados,

propositalmente, em situações precárias e conseqüentemente ficam à disposição dessas organizações para que se pratique a colonização de suas terras, de seus corpos e de suas culturas em nome do progresso e da “dignidade humana”.

No romance em análise temos o caso do personagem Quelé, filho de Saluma, morador das terras do Nambu; esse caboclo se sente atraído pelas promessas enganadoras de Estefano que lhe promete um tratamento diferenciado, ou seja, ser superior aos seus amigos e familiares tapuios, o comerciante lhe oferece relógios, roupas e a promessa de um salário, o que nunca se concretizará. Nesse episódio do romance, Quelé será escravizado por Estefano junto com outros caboclos que também foram enganados e acaba sendo morto pelo próprio comerciante que o “contratou”. Nesse excerto do romance o personagem Quelé tenta convencer os outros caboclos a irem trabalhar com Estefano em uma usina que seria construída no rio Maró,

—Quelé sacudia o papel no ar— não iam mais querê ficar na vila com o velho. Sabe por quê? Porque no papel Estefano ta convidando todo mundo pra ir trabalhá com ele no Maró. Eu cabei de chegá de lá, gente! Eu posso falá porque vi! Estefano não é mau como dizem! Ele tratô a gente bem, deu presentes...Olha só isso aqui—Quelé apontou para a camisa ordinária que estava vestindo.—É minha ! Sabe quem me deu? Estefano! Todo mundo que for trabalhá com ele vai ganhá uma dessa! (SENA, 2020, p.943).

No excerto percebe-se na fala truncada do caboclo as suas expectativas em relação à “dignidade” oferecida por Estefano, ter algo que o diferencie do grupo, trabalhar para obter coisas, ganhar, “lucrar”. Esses movimentos narrativos permitem perceber a lógica colonial que se deslinda na confiança que se põe nas coisas do colonizador, aprovando-as como boas e melhores do que as dos colonizados. Essa revisitação do colonial na vida de caboclos amazônicos confirma a atualização de velhas práticas coloniais.

Segundo Torres (2020) deve-se combater a linearidade da temporalidade, fruto das ciências europeias, que tendem a impedir a reflexão sobre objetos que são encontrados na intersecção das temporalidades, assim como a Amazônia e os processos colonizadores que surgem nessas fronteiras, nessas confluências temporais, que se contrapõem à ideia de que a colonização teve fim com a descolonização e “independência” econômica e política. Nesse caso, a decolonialidade seria uma maneira mais viva de experienciar o tempo e o espaço da

Amazônia, essa quebra da linearidade na história da Amazônia ocorre no romance de Nicodemos Sena.

Torres (2020) afirma que só negar a modernidade ocidental não é suficiente, já que há uma ordem internacional de instituições que possuem lógica e ethos colonizante e que possuem suas estruturas e práticas polarizadas simbolicamente com os conceitos de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, razão e gênero eternizando assim as divisões essencialistas entre moderno e primitivo, civilizado e bárbaro. Para ele é necessário criticar o enredamento dos marcadores de civilização.

A exploração “sustentável” da Amazônia por empresas vinculadas a multinacionais de capital estrangeiro está enredada com esses marcadores de civilização, assim como o próprio homem urbano, branco, heterossexual, cristão que aparece concentrado de valores e traços da civilização. Dessa forma, as atividades econômicas e culturais dos povos originários da Amazônia são vistas como atrasadas e primitivas em comparação às práticas “civilizadas”.

Torres (2020) incentiva a derrubada da centralidade histórica do Iluminismo, um dos únicos momentos históricos que são levados em consideração para a compreensão da civilização ocidental, por isso, as análises do colonialismo se pautam na formação dos estados europeus, quando deveriam se pautar pela “descoberta da América” que segundo consta em diversos autores seria considerado o mais impactante na história da civilização ocidental.

A busca por uma perspectiva mais longa, que busque clarificar as raízes podres das “grandes civilizações” e que contraste com a ótica do Iluminismo como marco motivador da modernidade, nos leva a descoberta da América como ponto fulcral de onde se construiu todo o enredo sobre a superioridade da civilização europeia, além disso, o foco na América como primeiro “Outro” permite classificar a modernidade europeia como colonialista desde seu nascedouro.

Considerações Finais

A subversão da ordem colonizadora reproduzida na narrativa permite uma visão crítica em relação às perspectivas que negam a humanidade de populações originárias e as epistemologias produzidas a partir de seus locais. A narrativa dá, ainda, às epistemologias indígenas e caboclas o potencial de reorganizar a vida na Amazônia, assegurando que esses conhecimentos e modos de vida esquecidos e relegados pelos próprios povos da Amazônia

podem fornecer um retorno seguro às suas verdadeiras identidades e a possibilidade de um futuro, não de retorno ao passado, mas de aproveitamento dos benefícios da modernidade a partir do olhar dessas populações.

Esses constructos literários extraídos das bases culturais das populações subalternas doam a narrativa uma coerência que se impõe como contestadora e que responde pela linguagem cabocla às classificações deterministas e universais dos fatos e pessoas que habitam a Amazônia, avaliações feitas por um olhar racista que os torna invisíveis, em meio a tanto exotismo. A narrativa é uma resposta vinda de dentro e se obriga a desmascarar essa realidade forjada.

Esse aterramento do material literário na cultura local, no saber que foi subalternizado, nessas epistemologias que estavam do outro lado da linha, insinua no romance que a resposta ao sistema colonial e suas imposições deve partir das margens, dos saberes silenciados, “não válidos”, e com a descolonização de suas práticas culturais. Com a tomada de consciência poderá vir um progresso que respeite as formas de viver desses povos e que espelhem a realidade cultural da Amazônia.

Referências

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994;

NENEVE, M; SAMPAIO, S. **Re-imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região**. In: Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização. Rio Branco, 2015, p.19-35.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SENA, Nicodemos. **A Espera do Nunca Mais**: uma saga amazônica. 3.ed. Kottter Editorial: Curitiba, 2020.

TORRES, Nelson Maldonado. **Análítica da colonialidade e da decolonialidade**: algumas dimensões básicas. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. São Paulo: Autêntica, 2020.